



ESCRITA DE TEMÁTICAS NEGRAS: HISTÓRIA, PSIQUISMO E PÓS-ABOLIÇÃO

JUAREZ CLEMENTINO DA SILVA JR. *

RESUMO

Sendo o racismo basicamente uma superestrutura composta de estruturas de privilégio e inclusão, prejuízo e exclusão, por conta de diferenças étnico-raciais, onde as relações de poder são estabelecidas pelos grupos hegemônicos de cada sociedade, e em especial pelos grupos sociais envolventes e não raro originalmente exógenos a um território ocupado. Não escaparia de conflitos e resistências a escrita científica de temáticas de interesse dos grupos minoritários, a partir das visões dos próprios minoritários. Esse é um dos efeitos observáveis da mobilidade social negra, o relativamente recente e acentuado maior acesso da população negra brasileira à universidade, principalmente no caso da pós-graduação com o acesso à pesquisa e escrita científica de maior complexidade. O presente texto problematiza a questão de modo interdisciplinar a partir de diversos aportes teóricos de negros intelectuais e de não-negros mais afinados com o novo psiquismo por trás dessa produção temática com ênfase na escrita científica para as ciências humanas, foco em História e a tendência crescente entre pesquisadores negros e negras em optar preferencialmente por temas do pós-abolição.

Palavras-chave: psiquismo, temáticas negras, escrita, história, pós-abolição

A academia também sendo um espaço de poder, poder esse estabelecido e mantido a partir de premissas, métodos e linhas de interesse e conduta definidos em afinção com os interesses hegemônicos, as dificuldades para se tocar em temas de interesse dos grupos minoritários e a partir de suas perspectivas peculiares são uma realidade, situação observada e expressa por muitos intelectuais e pesquisadores de tais grupos e alguns de fora. O presente trabalho consolida sucintamente o pensamento de alguns desses. Iniciamos trazendo uma reflexão sobre o papel do pesquisador, no caso o historiador:

* Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas



Benjamin fala da importância da lembrança e do papel do historiador (podemos dizer, do pesquisador). A história não é uma sequência linear, mas nela se entrecruzam passado, presente e futuro. A história é algo que pode ser contado. O homem cria a si próprio, criando o mundo, e se torna sujeito na linguagem. Linguagem — como Bakhtin também a considera — é uma produção social. Para haver compreensão é preciso existir experiência compartilhada: “Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso ” (1987a, p. 205). Benjamin quer reconhecer no tempo histórico sua intensidade, não sua cronologia; o tempo não é, para o filósofo, uma sucessão de pontos dispostos em uma ordem cronológica. Ele pergunta: “Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram?” (1987a, p. 223). Resgatar o passado significa ter uma compreensão diferente da história; o passado é importante para rever o presente, para colocá-lo numa condição crítica, conferir-lhe nova significação. E a história humana é baseada nesta descontinuidade; somente os seres humanos têm história e por isso a linguagem é necessária. Como o homem é gerado na cultura da mesma forma que produz cultura, ele pode fazer história e contar a história. Podemos, então, repensar o passado para dar um novo significado à história e, simultaneamente, abrir novas possibilidades para o futuro: podemos questionar o presente. (FREITAS;SOUZA; KRAMER, 2007)

A partir da reflexão de Sônia Kramer sobre Walter Benjamin e Mikhail Bakhtin, constatamos que a história não é linear, nela se entrecruzam passado, presente e futuro, e ainda que é possível reconhecer no tempo histórico sua intensidade, mais do que a pura e simples cronologia. O passado é importante para rever o presente, colocando-o numa condição crítica, resignificando-o. Podemos, repensar o passado e dar novo significado à história ao mesmo tempo que se pode interferir no futuro questionando o presente. Ou seja, a ideia de que todo historiador é um crítico que pode transitar historicamente entre passado e presente a fim de interferir no futuro, não é exatamente um “absurdo conceitual ou teórico”, pelo contrário, aponta para um historiador conectado com diversas ferramentas e olhares críticos, que não só pode, como deve, olhar para trás e para o presente e vice-versa, a fim de inclusive interferir no futuro. Não deveria portanto ser um “problema”, o pesquisador que entende o tempo histórico como um continuum, aonde se traz do passado dados e fatos para análise no presente, mas também se vale de categorias analíticas atuais e mesmo analogias, para com isso entender e traduzir o passado, não apenas por curiosidade e registro, mas com intencionalidade de interferir no futuro. Apesar disso, há situações em que essa característica se torna alvo de duras críticas e resistências. Ainda tratando das dificuldades no diálogo entre o saber teórico, instituído academicamente através de orientações epistemológicas positivistas, que se calcam no método, na suposição de neutralidade e na interação com as concepções construídas no cotidiano das relações sociais:

Qual o compromisso social e político da pesquisa acadêmica? Até que ponto as pesquisas realizadas nas instituições acadêmicas estão de fato, voltadas para encontrar

soluções para os problemas enfrentados no cotidiano, e que dizem respeito aos modos de vida individuais e coletivos? Nas últimas décadas, os pesquisadores têm questionado - cada vez mais intensamente - orientações epistemológicas calcadas no positivismo, que reificam o método e a suposição de neutralidade nas ciências humanas como requisito que seria capaz de assegurar seu estatuto de cientificidade. Sabemos que é preciso que as ciências humanas rompam com a produção do conhecimento fabricado segundo um padrão, optando por um caminho que denuncie a repetição mecânica de certos procedimentos teórico-metodológicos. Vale lembrar que isto não significa abrir mão do compromisso com o rigor científico, mas ao contrário, conquistar um rigor e uma autenticidade nos resultados científicos que se definem de outra maneira. O saber teórico, instituído academicamente, precisa interagir com as concepções construídas no cotidiano das relações sociais, possibilitando uma permanente troca entre visões de mundo que se expressam através de registros de linguagem ou de gêneros discursivos distintos. Os indivíduos e os grupos podem conquistar uma consciência crítica, cada vez mais elaborada, sobre a experiência humana, na medida em que são capazes de permitir que os diferentes gêneros de discurso (desde o discurso acadêmico até as formas cotidianas de expressão, através de ações, opiniões e representações sociais) possam interagir, transformando e resignificando mutuamente as concepções, sobre o conhecimento e a experiência humanas que circulam entre as pessoas num determinado espaço sociocultural, e num dado momento histórico. (FREITAS; SOUZA; KRAMER, 2007, p7)

A escrita envolvendo a questão negra, ou questões, seja em que abordagem for, sociológica, histórica, antropológica, geográfica, econômica, acadêmica ou não, padece tradicionalmente de resistências e incompreensões comuns ao exposto. Por outro lado, quem escreve na temática, em geral adota perspectivas e intencionalidades muito similares e que por uma série de motivos e características não se enquadram perfeitamente no esperado pelo “mainstream” acadêmico.

Tal situação se tornou ainda mais comum a partir do início do emponderamento ¹ da população negra e o conseqüente maior acesso ao mundo acadêmico, trazendo junto temas de pesquisa de seu interesse direto, porém, a partir de uma perspectiva própria e peculiar, já que ao contrário da maioria dos pesquisadores, inclusive da temática, que então eram não-negros, traziam também a condição de “objetos” da pesquisa e não apenas a de “sujeitos”. O resultado imediato e primário disso foi além da dificuldade para incluir os temas de pesquisa propostos, outras dificuldades pelas formas de se tentar fazer isso, desde da alegação de “falta de neutralidade”, discutida por Nilma Lino Gomes e Boaventura de Sousa Santos:

1 Empoderamento é o equivalent e em português do vocábulo inglês *empowerment*. Numa primeira mirada, empoderamento é quase sinônimo de autonomia, na medida em que se refere à capacidade de os indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito, escolher, enfim entre cursos de ação alternativos em múltiplas esferas política, econômica, cultural, psicológica, entre outras. Desse modo, trata-se de um atributo, mas também de um processo pelo qual se aúfere poder e liberdades negativas e positivas. (HOROCHOVSKI, 2006)



Para Santos (2006: 154) “a ecologia dos saberes é um conjunto de epistemologias que partem da possibilidade da diversidade e da globalização contra-hegemônicas e pretendem contribuir para credibilizá-las e fortalecê-las”. Ela se assenta em dois pressupostos: 1) Não há epistemologias neutras e as que reclamam sê-lo são as menos neutras; 2) a reflexão epistemológica deve incidir não nos conhecimentos em abstrato, mas nas práticas de conhecimento e seus impactos noutras práticas sociais. Quando falo de ecologia de saberes, entendo-a como ecologia de práticas de saberes (Santos, 2006, p. 154). Dessa forma, a ecologia dos saberes poderá nos ajudar a compreender a produção, a história, as tensões e os desafios vividos pela intelectualidade negra brasileira destacando o caráter inovador, contestador e a radicalidade política do conhecimento e das práticas por ela produzidos (GOMES, 2009).

A questão passa também pela “dificuldade de interpretação” e “incoerências” ao se tratar os temas de forma não linear e a partir de aportes teóricos interdisciplinares e não usuais, além de entraves metodológicos. Para ajudar a entender a questão acima, visitamos Maria Teresa de Assunção Freitas:

A tradição empirista da pesquisa nas ciências humanas, tem impedido muitas vezes uma maior aproximação e compreensão das questões propostas para estudo. A perspectiva sócio-histórica representa um caminho significativo para uma forma outra de produzir conhecimento no campo das ciências humanas. Ao compreender que o psiquismo é constituído no social, num processo interativo possibilitado pela linguagem, abre novas perspectivas para o desenvolvimento de alternativas metodológicas que superem as dicotomias externo/interno, social/individual. Ao assumir o caráter histórico-cultural do objeto de estudo e do próprio conhecimento como uma construção que se realiza entre sujeitos, essa abordagem consegue opor aos limites estreitos da objetividade uma visão humana da construção do conhecimento. (FREITAS;SOUZA; KRAMER, 2007, p 26)

Ou seja, há prejuízo à construção do conhecimento ao se desconsiderar a constituição social do psiquismo, e aí vale chamar atenção para a frase de Walter Benjamin contida em citação anterior “Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram?”. De quem seriam essas “vozes que escutamos” fazendo eco às “vozes que emudeceram” ?, talvez as de pesquisadores do presente, psiquicamente ligados às tais “vozes do passado”. Cabe aí remeter o leitor à outra discussão conexa levantada por Mônica Grin, “O direito ao ressentimento”:

Os dilemas que nascem das dificuldades do historiador para conciliar questões de natureza subjetiva e moral com as convenções formais da própria disciplina não são facilmente contornáveis. Um dos objetivos deste ensaio preliminar e introdutório foi o de explorar o tema do lugar que o ressentimento tem ocupado no mainstream acadêmico e da necessidade de observar sutis manifestações, especialmente em casos de violência extrema, não como uma ameaça à paz social ou como patologia individual, mas como um possível protesto cujas razões morais são plenamente legítimas e merecem ser identificadas. A experiência da Comissão da Verdade e da Reparação implantada recentemente no Brasil, pode ser uma excelente oportunidade para se testar essa linha tênue entre o relato ou depoimento da testemunha e a sensibilidade do historiador para o valor moral e a validade histórica do ressentimento, caso esse sentimento se manifeste na fala das vítimas diretas de violência ou de famílias dos desaparecidos. Quando a vítima e o perpetrador se reencontram em nome do passado, o que está em jogo para o historiador é o passado. O ressentimento, nesses termos, é talvez o melhor indicador de um passado que não quer passar, de feridas que não querem cicatrizar, de emoções que não se dissipam, de histórias que não querem se frustrar, não querem ser engolidas nos desvãos do esquecimento e do fácil perdão. GRIN, Monica. Reflexões sobre o direito ao ressentimento. (GRIN, 2016)

Assim como à própria definição do que seria o psiquismo:

Sem abordar as controvérsias sobre o que vem a ser o psiquismo humano, convém ressaltarmos que aqui será entendido como a totalidade dos processos psíquicos superiores e do comportamento social que possibilitam ao homem constituir a unidade que é sua psique (VYGOTSKY, 1993, 1994, 1996; LEONTIEV, 1978; LURIA, 1986,1991), unidade essa que se expressa no modo peculiar de cada indivíduo ser no mundo - a subjetividade (LANE, 2002; BOCK, 2001, entre outros), a realidade subjetiva (BERGER; LUCKMANN, 1985), a individualização (HABERMAS, 1990) e a individualidade (CIAMPA, 1987)[...] o psiquismo tem uma gênese social, isto é, originou-se, desenvolveu-se e se transformou no decorrer da história da sociedade humana e conforme as relações sociais, históricas e culturais que delas derivaram. (DE CARVALHO, 2007)

Resumindo, o modo peculiar do indivíduo ver e estar no mundo, tem também gênese social, conforme as relações sociais históricas e culturais delas derivadas. De tal conceituação se pode inferir que o mesmo se dá em relação aos indivíduos de grupos que dividem experiências semelhantes nas citadas relações. Ou seja, além do psiquismo individual, temos um psiquismo coletivo, aonde os indivíduos de um determinado grupo tendem a ter uma visão e estar no mundo de forma mais semelhante entre si. O que tende a aumentar, quanto mais se afunilam as características comuns dentro desse grupo ou subgrupo. Uma visão mais detalhada sobre essa importante questão, que é a influência do psiquismo na escrita, nos é dada por Ana Cláudia dos Santos Meira em seu livro “A Escrita Científica no Divã: Entre as possibilidades e as dificuldades para com o escrever”, do qual destaca-se o seguinte:



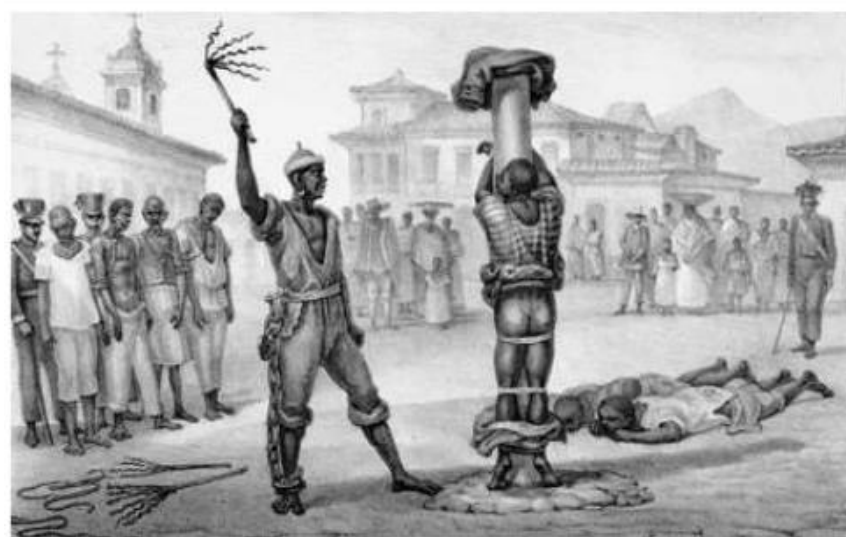
6

O escrever - diferente da pintura ou da escultura - introduz a palavra. O funcionamento do psiquismo, com sua forma tão sinistra, complexa e, ao mesmo tempo, tão caótica, é transposto em palavras e traduzido desde um registro mental até o papel, já com uma ordenação.[...] Como retrato do psiquismo, a escrita desvela o que é da ordem do inaceitável, porquanto habitam em nossa mente afetos de toda ordem, com expressão quase direta, menos disfarçada, a exemplo dos pesadelos. [...] Escrevemos com e sobre nosso próprio psiquismo, de modo que tanto o psiquismo é instrumento de construção da escrita, como a escrita é instrumento de conhecimento do psiquismo. (MEIRA, 2007)

Dai que não se escreve da mesma forma a partir de lugares psíquicos distintos, quando muito de forma semelhante e diretamente proporcional às proximidades psíquicas. Outro aspecto com relação ao assunto e que merece um estudo detalhado, talvez seja pouco percebido, é o fato de que enquanto pesquisadores não-negros ao trabalhar dentro da temática de História e Cultura afrobrasileira e africana, tradicionalmente tendem a se concentrar majoritariamente no tema tráfico e escravidão, apesar de tal aparente tendência estar mudando. Por outro lado, é perceptível *grossus modus* que pesquisadores negros tendem a trabalhar liberdades, mesmo dentro do período escravista, e se concentram no pós-abolição. Uma hipótese a ser testada, é que falar de escravidão não é um assunto que empolgue demasiadamente descendentes de escravizados, em um sentimento análogo ao expresso por Oracy Nogueira:

No Brasil, não é de bom-tom ‘puxar o assunto da cor’, diante de uma pessoa preta ou parda” (NOGUEIRA, 1985a, p. 86). Esta ideia é bem exemplificada pelo seguinte provérbio: “Em casa de enforcado, não se fala de corda”(NOGUEIRA, 1985a, p. 86). Em contraposição, em qualquer contenda com uma pessoa de cor, a primeira ofensa que se lhe prega é a referência à sua condição étnica (WAINER, 2013).

Provável também que o momento mais lembrado das aulas de História no Ensino fundamental, e o que mais rendeu o que hoje se chama de “*bullying*” para meninas e meninos negros, hoje pesquisadores, tenha sido no que persistentemente era até não muito tempo atrás, praticamente o “único” momento em que o negro aparecia nas aulas, a escravidão, invariavelmente ligado à famosa figura de Debret, e com a destacada “lembança” de que os açoitadores também eram negros.



DEBRET, Jean-Baptiste
Aplicação do castigo do açoite
(em Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, 1834-39)
Litografia sobre papel, 14.6 x 22.5 cm
Pinacoteca do Estado de São Paulo, São Paulo

Figura 1 -
Aplicação de
castigo no
tronco –
Debret

Fonte: Pinacoteca do Estado de São Paulo

Outro fator é que apesar de inequivocamente importantes os estudos sobre a escravidão, salvo os eventos de resistência, aparentemente estes não alcançam o efeito afirmativo que majoritariamente se pretende e percebe nas temáticas propostas levadas a cabo por pesquisadores negros. Tal tendência de preferência pelos estudos sobre pós-abolição por pesquisadores negros, é visualizável a exemplo, na linha da ementa do V Encontro de pesquisa em História (Ephis), uma iniciativa discente do departamento de História da UFMG, no Simpósio Temático “Liberdade e pós-abolição: histórias sobre a população negra no Brasil”:

[..] procedimentos metodológicos e categorias analíticas que tendem a melhor subsidiar as abordagens sobre as trajetórias e práticas sociais desses “outros” sujeitos que passam a ganhar a atenção dos(as) historiadores(as), para além dos escravizados e senhores. De tal sorte, interessa-nos dialogar sobre as ações políticas, sociais, econômicas e culturais empreendidas por e sobre negros(as) livres e libertos(as) (ou em luta por liberdade) no Brasil e ainda no período de crise do sistema colonial. A proposta, pois, pressupõe (mas não se restringe) trabalhos voltados à(s): formação da cidadania brasileira; construções identitárias e categorias raciais; participação de negros/as na política; associativismo negro; trabalho livre e imigração; representações da África e dos africanos; imprensa negra; comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais; racismo e antirracismo; religiosidades; gênero e sexualidades; trajetórias individuais ou coletivas de negros; e políticas de memória da e sobre a população negra. (LIBERDADES, 2016) .

A própria chamada para o SIMPÓSIO TEMÁTICO 108 – PÓS-ABOLIÇÃO: RACIALIZAÇÃO, MEMÓRIAS E PROTAGONISMOS NEGROS, dentro do XXIX Simpósio Nacional Anpuh, para o qual o presente trabalho foi preparado, coaduna com a hipótese de tendência, inclusive observada nos últimos ST nacionais da ANPUH, de preferência dos pesquisadores(as) negros(as) pelos estudos de liberdades no período escravistas e de pós-abolição:

Este Simpósio Temático, vinculado ao GT Emancipações e Pós-Abolição-ANPUH, busca contribuir para os debates da história social da escravidão e do pós-abolição. Em atenção aos processos de emancipação e às lutas por liberdade e cidadania anteriores à assinatura da Lei Áurea, consideramos importante destacar o papel que pessoas escravizadas, libertas e livres “de cor” desempenharam nesse cenário por meio de suas trajetórias individuais e/ou coletivas, assim como aprofundar as discussões sobre significados da liberdade, lutas por direitos e conquista de lugares sociais diversos antes e depois de 13 de maio de 1888. Tendo em vista o pós-abolição como conceito e temporalidade, conforme pontuam Frederick Cooper, Thomas Holt e Rebeca Scott, interessa-nos refletir acerca das construções identitárias em jogo no referido período, bem como suas implicações políticas, conteúdos culturais e transformações entre os séculos XX e XXI. Para isso, nosso Simpósio Temático congregará pesquisas relacionadas às configurações sociais estabelecidas no imediato pós-Abolição; às práticas de associativismo negro em seus diferentes momentos, práticas e formas; às memórias da escravidão e da liberdade; à história do trabalho escravo, compulsório e livre; à justiça como espaço de luta por direitos; às relações de negros com outros grupos étnico-raciais; à participação nas forças armadas; à atuação na política institucional e em movimentos sociais; às trajetórias familiares; aos discursos cientificistas sobre raça; às lutas antirracistas; às religiosidades; às relações interseccionais entre gênero, raça, classe e sexualidade. (ANPUH, 2017)

Ainda sobre a questão do psiquismo, combinado agora com a questão da recorrência no uso de exemplos biográficos positivos, de forma menos densa porém mais efetivamente popular. Essa é situação que recebe um tratamento mais detalhado adiante. Porém cabe já atenção para a apresentação que um autor negro, Mestre em História, faz de seu primeiro livro, ela encerra espírito bastante comum a pesquisadores negros com origem ativista e posterior acesso à academia:

Este livro é um estudo histórico sobre a participação negra nas ciências exatas, biológicas, e humanas, acrescido de comparações com a situação nos EUA, Brasil, antigos reinos africanos e os 54 países que compõem o continente africano. Versa sobre as invenções africanas e afrodescendentes dos tempos antigos e modernos que com o passar do tempo, ficaram desconhecidas e marginalizadas pelo eurocentrismo. " Os negros e todas as pessoas precisam saber que estas mulheres e homens de origem africana, participaram de algumas invenções que mudaram os rumos da história moderna ". Que este trabalho sirva para dar a todos e todas, principalmente a negras e negros, outra imagem que a de pessoas que só sabem trabalhar duro, correr, dançar, cantar ou jogar futebol. E para pesquisadores para que rompam o isolamento dos laboratórios e que o público leigo possa ter mais conhecimento das experiências que estão ocorrendo no mundo científico e que apesar dos problemas de financiamento, inovam e criam soluções tecnológicas para o mundo moderno. (MACHADO, 2014).

É portanto bastante perceptível a intencionalidade e comprometimento afirmativo, bem como, a forma ampla de recorte tanto geográfico quanto temporal. Uma vez que como já visto, o que determina o recorte é a problematização, segue aparentemente uma tendência braudeliana de articulação de durações, visando ainda um público não apenas acadêmico, mas principalmente o público leigo. Muito embora não seja um trabalho orientado para fins científicos, mantém um rigor básico. A “neutralidade” não está em um posicionamento “distante do objeto”, nem na busca de um resultado absolutamente “isento e desinteressado”, como eventualmente concebido por alguns. Está na apresentação de fatos e dados verificáveis de forma intelectualmente honesta e respeitando o que é básico e a finalidade precípua de toda Ciência, que é o bem da humanidade². Aliás, princípio coincidente com algumas premissas político-sociais adotada por Estados, a exemplo do Brasil, que são, construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento; reduzir as desigualdades; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, como descrito no artigo terceiro de nossa Constituição.

As já citadas afirmações de Maria Teresa de Assunção Freitas, sobre o psiquismo e a falta de compreensão das questões propostas para estudo, indicam que tal desconsideração também limita o desenvolvimento de alternativas metodológicas, não se realizando uma verdadeira construção entre sujeitos. Opondo portanto “aos limites estreitos da objetividade” uma visão humana da construção do conhecimento, em outras palavras, a pretendida homogeneização científico-acadêmica a partir de padrões hegemônicos pouco flexíveis, é um complicador de uma participação verdadeiramente diversa de sujeitos. O exposto acima se relaciona com o debate levantado por Cunha Jr.:

2 Todas as culturas são capazes de contribuir com conhecimento científico de valor universal. As ciências devem se colocar a serviço da humanidade como um todo, e contribuir para que todos tenham uma compreensão mais profunda da natureza e da sociedade, uma melhor qualidade de vida e um meio ambiente sustentável e sadio para as gerações presentes e futuras. (UNESCO, 2003).

A democracia prevê a representação de todos os grupos sociais em todas as instâncias de decisão. No estágio atual do capitalismo, a pesquisa científica e os grupos de pesquisadores constituem um grupo privilegiado de exercício do poder[...]. A ausência de pesquisadores negros tem reflexo nas decisões dos círculos de poder[...]. A formação dos pesquisadores negros passa por todos esses obstáculos ideológicos, políticos, preconceituosos, eurocêntricos, de dominações e até mesmo de inocências úteis vigentes nas instituições de pesquisa e nos órgãos de decisão sobre as políticas científicas. É fundamentalmente um problema político de concepção da sociedade e das relações sociais. Problema que a sociedade científica se nega a reconhecer como um problema[...]. O mesmo ocorre na esfera governamental, que de certa forma reflete o pensamento das instituições de pesquisa. (CUNHA JUNIOR, 2003)

O diagnóstico de Cunha Jr. é de 2003, muitas mudanças ocorreram de lá para cá. Caso da introdução das ações afirmativas universitárias, e conseqüente inclusão de um contingente significativo de estudantes negros, tanto na graduação, quanto na pós-graduação. Ampliando por reflexo o interesse pela pesquisa temática negra, ao mesmo tempo trazendo junto, o já citado “questionamento das orientações epistemológicas calcadas no positivismo”, e o choque com tais posições positivistas e ortodoxas, ainda bem vivas no fazer acadêmico. A percepção de que academia por muito tempo não apenas foi um bastião de resistências a certas alterações no Status Quo, como modernamente tem inclusive por vezes se prestado à reação contra as tentativas no sentido de tais alterações, aparece em Carlos Moore:

Toda tentativa de elucidação histórica que contrarie o status quo produz profundo receio naqueles segmentos da sociedade que, por motivos diversos, temem as conseqüências das iniciativas reparatórias. Sem contrariar a lei frontalmente, como fazer para deturpá-la no sentido prático, onde realmente impacta e afeta a consciência nacional? Isso tem sido realizado mediante a legitimação teórica[...]. Não por acaso, precisamente nos meios acadêmicos – onde, do século XVII ao século XX, foram gestadas e organizadas ideologicamente as idéias raciais que predominam até os dias de hoje[...]. As elucubrações sobre a “democracia racial”, a “raça cósmica”, as “relações plásticas”, a “mestiçagem generalizada” surgiram justamente do mundo acadêmico-intelectual. Antropólogos, sociólogos, historiadores, etnólogos, psicólogos, economistas e filósofos atuaram como os grandes sustentáculos conceituais daquelas arquiteturas teóricas que alicerçaram o racismo ideologicamente. Ainda hoje, protegidos por um discurso circunstancialmente “liberal”, esses mesmos teóricos da desigualdade e das iniquidades sócio-raciais se mantêm a frente das campanhas tendentes a deslegitimar qualquer ofensiva séria contra o edifício globalizado da opressão racial. (MOORE, 2007)

Muito embora Moore esteja se referindo aos impactos da lei 10.639/2003 e o uso da História como instrumento de fomento de medidas públicas reparatórias/afirmativas. Ao se referir à contravenção da lei e sua deturpação no sentido prático, atribuindo aos meios acadêmicos a gestação das teorias raciais do XVII ao XX, e a organização das atuais campanhas de deslegitimação das ofensivas contra a opressão racial, por dedução, situa também aí um forte conservadorismo e resistências contra ações práticas que atuem contra o “estado das coisas”.

O assunto das especificidades e características da produção intelectual negra, também

ganha discussão com Nilma Lino Gomes, apoiada por Boaventura de Sousa Santos, que o faz em “Intelectuais Negros e Produção do Conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira.”. Nele é destacado que as pesquisas desenvolvidas por esses sujeitos produzem um “outro tipo” de conhecimento, privilegiando a parceria “com” os movimentos sociais e não “sobre” os movimentos e seus sujeitos, tendência ainda hegemônica nos campos das ciências, o conhecimento produzido por esses novos sujeitos é muito articulado com suas vivências, e os objetivos são dar visibilidade a subjetividades, desigualdades, silenciamentos e omissões em relação a determinados grupos sociorraciais e suas vivências. Traz ainda, que tais sujeitos “produzem um conhecimento pautado não mais no olhar do 'outro', do intelectual branco comprometido (ou não) com a luta antirracista, mas pelo olhar crítico e analítico do próprio negro como pesquisador da temática racial.”(GOMES, 2009), ou seja, diferenciado do olhar “distanciado e neutro” sobre o fenômeno do racismo e desigualdades raciais, realizando uma análise e leitura crítica a partir do olhar de alguém que efetivamente os vivencia em nível pessoal e coletivo, inclusive, nos meios acadêmicos. Importante nesse momento uma conceituação feita por Alfredo Veiga-Neto sobre o que vem a ser militante e ativista e a diferença entre os termos :

Vejamos um pouco mais como caracterizo a militância e o ativismo e o que ambos têm que ver com a metáfora da casa. De novo a etimologia nos ajuda: ativismo, ativar, atitude, ação, agitar, atuar e agir fazem parte de um mesmo campo semântico que nos remete à forma latina *agere*: *ag* (adiante, para frente) + *gerere* (produzir, carregar, proceder) = impelir para frente, fazer avançar. Assim, a militância – como uma *actio militaris* – e o ativismo são, ambos, da ordem do agir para frente, da ação para uma mudança de posição, da ação para uma outra situação diferente da que se tem. Mas enquanto aquela se rege pela lógica da obediência hierárquica, este se funda na maior liberdade possível e permitida pela combinação entre a díade pensável-dizível e o visível (Foucault, 1999). Enquanto a militância é necessariamente coletiva, o ativismo é acentuadamente individual. (VEIGA-NETO, 2012)

A título de complemento é interessante nesse sentido, o cotejamento com a conceituação que Sales Augusto dos Santos apresenta em seu artigo “A metamorfose de militantes negros em negros intelectuais” (SANTOS, 2011). Apesar de parcialmente colidir no conceito de militante exposto por Veiga-Neto, pelo qual o termo mais apropriado seria “ativistas”, nele o autor nos remete à ideia de diferença entre “intelectuais negros”, que seriam intelectuais com origem e “marca” negra, mas não necessariamente envolvidos ou influenciados pelos movimentos sociais negros e atuantes nas temáticas, e “negros intelectuais”, que no sentido contrário seriam os que tiverem tal envolvimento e receberam tal influência, o que reflete claramente em sua produção e atuação. Apesar de fazer todo o



sentido, pois eu mesmo ao me apresentar ou me definir costumo me colocar primariamente como ativista negro e depois como acadêmico/intelectual, ou seja, na forma explanada por Sales Augusto dos Santos, devo confessar que no meu mais que quarto de século como ativista, não tenho notado uma utilização tão “preciosa” do termo, ouve-se e lê-se muito o uso “intelectual negro” para ambos os sentidos.

Ao tratarmos do conceito de raça e racismo, é necessidade estabelecer uma discussão sobre a utilização dos termos e conceitos fora do que o *mainstream* acadêmico estabeleceu como “aplicação-padrão”. Tratarmos no nível de conceito geral, de uma das grandes polêmicas na escrita histórica e principalmente nas análises a partir da percepção de continuum do tempo histórico e tratamento da problematização utilizando a noção de longa, média e curta duração e da articulação de recortes, uma perspectiva braudeliana:

Braudel inclui as durações dos historiadores no processo de formulação de modelos sociais. Tanto sociólogos quanto historiadores devem incluir não a duração, mas as durações em suas apresentações longas, médias e curtas. A apreensão da totalidade do social depende da inclusão das durações de forma cooperativa, com vínculos de dependência, determinação, causa, entre outras (CRACCO, 2009).

Talvez o maior ganho a partir da proposta de Braudel, tenha sido a possibilidade de se ter uma grande interação entre a análise histórica e a sociológica. Aliás, retroagindo ainda mais no tempo poderá se notar semelhança na forma como o conhecido historiador do XIX, Alexis de Tocqueville, não por acaso muito citado junto aos três pais da Sociologia, Weber, Durkheim e Marx, fazia suas análises e escrevia. Aparentemente em uma visão “proto-braudeliana”, ver (JASMIN,2005). Essa importância e pertinência das concepções braudelianas para uma História Social e Sociologia Histórica também transparecem no seguinte texto de (EDUARDO MARTINS, 2009).

Basicamente Braudel sistematizou a visão de que é possível ter vários conceitos do tempo histórico coexistindo dentro da análise de um assunto único, a história-dos-eventos ou curta duração, a conjuntura ou média duração e a longa duração, há ainda envolvendo a longa duração a estrutura de “mundo-econômico”, somente a partir da análise dessas durações é que teríamos o que Braudel chamou de “História total”. Maior detalhamento sobre os conceitos braudelianos ver (LAI, 2011).

Tudo isso nos leva a outro entendimento sobre mais um entrave na escrita de temáticas negras. É comum na academia, especialmente em História, a imputação de anacronismo ao se

utilizar categorias analíticas e termos e conceitos atuais ao analisar o passado, ou mesmo ao fazer comparação direta entre situações atuais e do passado. No nosso entender, reforçado teoricamente pelo conceito braudeliano de “História Total” e em José D'Assunção Barros, anacronismo não é vincular questões do presente como parte de uma superestrutura vigente para além dos recortes históricos e geográficos declarados em um trabalho, ou seja, a curta duração, muito menos analisar e “traduzir” o passado para um melhor entendimento por pessoas do tempo presente ou do futuro. Sendo assim, nem toda comparação ou utilização de conceitos e termos atuais, é inapropriada, não raro é nada mais que uma questão semântica, que em nada “anacroniza” de fato o passado:

O que o historiador não deve fazer, com vistas a evitar os riscos do anacronismo, é inadvertidamente projetar categorias de pensamento que são só suas e dos homens de sua época nas mentes das pessoas de determinada sociedade ou de um determinado período.[...] Ora. As perguntas não só podem ser de nosso tempo, como são inevitavelmente de nosso tempo. A análise também tem que ser de nosso tempo. Alguns dos conceitos utilizados para analisar uma época antiga também podem perfeitamente ser de nosso próprio tempo, embora o historiador, quando está se referindo ao “outro” através do discurso que vem das fontes, também possa utilizar conceitos de uma outra época, já que ele trabalha com os dois níveis de conceitos [...] Temos que entender uma outra época nos seus próprios termos quando estamos trabalhando ao nível das fontes (mesmo Ranke já se pronunciou sobre isto nos primórdios da historiografia científica). Todavia, na hora de fechar a nossa análise, temos de retornar à nossa época. As perguntas do historiador começam na sua própria época. A partir destas perguntas ele ilumina uma outra época, tentando enxergá-la nas suas fontes; e finalmente, ao analisar estas fontes, depois de tentar compreender como viviam os homens daquele período de seu passado, ele volta à sua época para fechar a análise. Isto é História. (BARROS, 2011)

Portanto, a forma de problematizar não limitada apenas ao recorte de curta duração e os conceitos nele encerrados de forma “engessada”, interfere positivamente na interpretação de fatos e problemas persistentes, como é o caso das questões raciais. De onde se infere que a imputação de anacronismo, eventualmente funciona a partir de uma percepção bastante ortodoxa de anacronismo. Não fosse assim, hoje não falaríamos em Ditadura-Civil-Militar para nos referirmos ao período que na época era “Revolução”, “História da Lepra em Manaus” seria um título incambiável por “História da Hanseníase em Manaus”, a “História do Amazonas” não poderia retroceder além de 1850 ou 1824 porque antes não tinha “Amazonas” no nome oficial, também não teríamos um livro chamado “O racismo através da história: da antiguidade à modernidade”(MOORE, 2007), já que *o mainstream* acadêmico se apegava à ideia de que raça e racismo são categorias de análise que não podem ser utilizadas para antes do Séc. XIX. Há também entre as dificuldades ao se abordar questões raciais, a recorrência da

minoração:

Minorar é um termo elucidativo para quem pesquisa diferenças, pois há muita informação relevante nos arquivos que raramente foi coletada ou utilizada em trabalhos históricos ou sociológicos. Muito do que foi encarado até recentemente como “anedótico” ou “secundário” é fundamental para compreender violências de gênero, sexualidade e raciais do passado. Assim, lidar com os arquivos sob uma outra perspectiva, mais afeita à alteridade dentro deles, exige articular ao trabalho investigativo histórico um olhar sociológico contemporâneo comprometido politicamente com as diferenças ainda não reconhecidas. Portanto, um olhar crítico tanto com relação à História quanto à Sociologia em seus limites metodológicos e teóricos que resultaram dessas mesmas violências e desigualdades que permaneceram até recentemente sem história ou análise sociológica. (MISKOLCI; BALIEIRO; SILVA, 2014).

O entrave aqui é a visualização como “anedótico”, “secundário” e acrescentaria “mera curiosidade” da divulgação de informações retiradas dos arquivos e outras fontes, que tem especial função quando se problematiza “diferenças” ou violências do passado no tocante a questões raciais, essa “violência” pode ser a invisibilização de uma biografia inspiradora, a redução de valor em um fato ou mesmo sua ocultação. Outro ponto polêmico, a crítica à utilização recorrente de exemplos biográficos de figuras referenciais positivas negras, característica muito comum a pesquisadores negros envolvidos com a temática, sendo que as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino das Relações Étnico-Raciais e de História e Cultura Afro-Brasileira tem as Diretrizes sugerem o trabalho com biografias de personalidades negras. Ponto em que nos socorre Ana Flávia Magalhães Pinto :

No momento em que professores, educadores e ativistas ainda debatem e tentam implantar as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino das Relações Étnico-Raciais e de História e Cultura Afro-Brasileira, conhecer mais e melhor a história de negros como Monteiro Lopes é muito importante. Até porque as Diretrizes sugerem o trabalho com biografias de personalidades negras. Isso traz a possibilidade de abordar trajetórias individuais de forma crítica, contextualizando, a partir de elementos concretos, as diversas formas de ser negro e de lidar com o racismo em diferentes tempos e situações. Incluindo também a abordagem das especificidades da manifestação do preconceito racial no Brasil, como indicaram Martha Abreu e Hebe Mattos. São experiências de vida que, como a de Monteiro Lopes, contribuíram para o alargamento e para a diversificação das opções, estratégias e possibilidades dos afrodescendentes. (PINTO, 2009).

O motivo para tal é simples, a utilização de referências biográficas, quer escritas, artísticas, numismáticas ou mesmo orais, tem sido durante toda a história, ferramenta de emponderamento e de estabelecimento de padrões referenciais e inspiradores. Inicialmente com a “história grande” essas referências eram de poderosos e grandes heróis, depois passaram a contemplar pessoas “excepcionais”, até chegar à “história de gente sem



importância”, os anônimos. Ocorre que em um contexto de invisibilização histórica, baixa auto-estima comum na população negra e de um racismo prático que tem na sua raiz a ignorância causada em grande parte pela falta de referências históricas e culturais negras positivas, é lógica a estratégia primária de atacar diretamente o problema da falta. Trazendo à luz tais referências de forma afirmativa e ostensiva, pois assim se ajuda a reverter o preconceito dos discriminadores, ao mesmo tempo que aumenta a auto-estima dos discriminados. Portanto, para fins práticos é muito mais efetiva que discussões e elucubrações em níveis conceituais e de reflexão problematizada, que não atingem o grosso do público que se pretende alcançar, o comum, não exclusivamente o acadêmico. Tal não inviabiliza nem diminui a necessidade da problematização com base teórica, podendo inclusive serem combinadas. No espírito proposto pelas já referidas diretrizes, fruto das reivindicações dos movimentos negros, seriam referências básicas, mesmo multireferenciais, o tipo de referência suficiente para provocar o efeito afirmativo pretendido, lembrando que tais diretrizes visam atingir prioritariamente estudantes do ensino básico e a formação de professores, eventualmente atingindo o público geral. Por fim, temos o aporte teórico de Blumer:

São quatro os sentimentos que, segundo Blumer, estarão sempre presentes no preconceito racial do grupo dominante:

- a) de superioridade;
- b) de que a raça subordinada é intrinsecamente diferente e alienígena;
- c) de monopólio sobre certas vantagens e privilégios; e
- d) de medo ou suspeita de que a raça subordinada deseje partilhar as prerrogativas da raça dominante (BLUMER, 2014).

Um olhar mais atento para todas as políticas e atos de preconceito e discriminação racial, vai invariavelmente verificar que estão fundados em ao menos um de tais sentimentos, quando não em todos, incluso as resistências e dificuldades enfrentadas para a recepção e valorização acadêmica de uma escrita negra, que leva em consideração o psiquismo e as intencionalidades afirmativas.

REFERÊNCIAS

ANPUH (Org.). **SIMPÓSIO TEMÁTICO 108 – PÓS-ABOLIÇÃO: RACIALIZAÇÃO, MEMÓRIAS E PROTAGONISMOS NEGROS**. 2017. Coordenação: Álvaro Pereira do Nascimento (UFRRJ – IM) e Ana Flávia Magalhães Pinto (Unicamp – Pós-Doc). Disponível em: <<https://emancipaoeseposabolicao.wordpress.com/2017/01/17/gtep-na-anpuh-2017-brasil/>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

BARROS, José D'assunção. **Anacronismo**. 2011. Café História- História feita com cliques. Disponível em: <<http://cafehistoria.ning.com/profiles/blogs/anacronismo-1>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

BLUMER, Apud GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Preconceito de cor e racismo no Brasil**. 2004. pp 7. Disponível em: <<http://goo.gl/E4llwi>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

- CRACCO, Rodrigo Bianchini. **A longa duração e as estruturas temporais em Fernand Braudel**: de sua tese O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Felipe II até o artigo História e Ciências Sociais : a longa duração (1949-1958). 2009. 115 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/93349>>. Pp 82
- CUNHA JUNIOR, Henrique. A formação de pesquisadores negros. 2003. **COMCIÊNCIA Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/negros/17.shtml>>. Acesso em: 13 abr. 2016.
- DANTAS, Carolina Vianna. ELEIÇÕES E MOBILIZAÇÃO NEGRA: O CASO DAS VIAGENS DE MONTEIRO LOPES PELO BRASIL 1909-1910. In: ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe (Org.). **História do pós-abolição no mundo Atlântico**: identidades e projetos políticos. Niterói: Eduff, 2014. p. 97-118. Disponível em: <https://www.academia.edu/10020638/Histórias_do_pós-abolição_no_mundo_atlântico_vol._1_Identidades_e_projetos_políticos>. Acesso em: 18 mar. 2016.
- DE CARVALHO, Maria Vilani Cosme. A construção social, histórica e cultural do psiquismo humano. *Educativa*, v. 10, n. 1, p. 47-68, 2007. Disponível em: <<http://seer.ucg.br/index.php/educativa/article/viewArticle/174>>. Acesso em 10 ago. 2016.
- EDUARDO MARTINS, Carlos. A teoria da conjuntura e a crise contemporânea. **Polis. Revista Latinoamericana**, n. 24, 2009. Disponível em <<https://polis.revues.org/pdf/1684>> Acesso em 10 ago. 2016.
- FREITAS, Maria Teresa; SOUZA, Solange Jobim e; KRAMER, Sônia (Org.). **CIÊNCIAS HUMANAS E PESQUISA: Leituras de Mikhail Bakhtin**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Questões da nossa época 107). Pp 60.
- GOMES, Nilma Lino. **Intelectuais Negros e Produção do Conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009. P. 419-441. Disponível em: <<https://goo.gl/cKUu2Q>> Acesso em: 06 ago. 2016.
- GRIN, Monica. **Violência na história: memória, trauma e reparação**. Rio de Janeiro: Ponteio. 2012. Disponível em: <http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364845981_ARQUIVO_MonicaGrinartigoressentimen-toanpuh.pdf>. Acesso em 06 ago. 2016.
- HOROCHOVSKI, R. R. . **Empoderamento: definições e aplicações**. In: 30 Encontro Nacional da ANPOCS, 2006, Caxambu. 30 Encontro Nacional da ANPOCS - Programação e resumo, 2006. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3405&Itemid=232>
- JASMIN, Marcelo Gantus. **Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política**. Editora UFMG, 2005. Capítulo VII.
- LAI, Cheng-chung. **Braudel's Concepts and Methodology Reconsidered**. 2011. Disponível em: <<http://hsalbert.blogspot.com.br/2011/02/braudels-concepts-and-methodology.html>>. Acesso em: 10 ago. 2016.
- LIBERDADE e pós-abolição: histórias sobre a população negra no Brasil. 2016. Simpósio Temático no V Encontro de pesquisa em História (Ephis) do departamento de História da UFMG. Disponível em: <<http://www.ephisufmg.com.br/simpósios-tematicos/liberdade-e-pos-abolicao-historias-sobre-a-populac/>>. Acesso em: 06 ago. 2016.
- MACHADO, Carlos Eduardo Dias. **Ciência Tecnologia e Inovação Africana e Afrodescendente**. Florianópolis: Bookess, 2014. E-book ISBN: 9788580459111 - site de venda. Disponível em: <<http://www.bookess.com/read/19840-ciencia-tecnologia-e-inovacao-africana-e-afrodescendente/>>. Acesso em: 09 ago. 2016.
- MEIRA, ANA CLAUDIA DOS SANTOS. **A escrita científica no divã: entre as possibilidades e as dificuldades para com o escrever**. EDIPUCRS, 2007. Pp 251-252



17

MISKOLCI, Richard ; BALIEIRO, Fernando Figueiredo ; SILVA, Semíramis Corsi . Intersecções entre História e Sociologia: entrevista com Richard Miskolci. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). Disponível em: <<http://www.ufscar.br/cis/wp-content/uploads/1415-5095-1-PB.pdf> > . Acesso em 07 ago. 2016.

MOORE, Carlos. **O racismo através da história: da antiguidade à modernidade**. São Paulo: UNESP, 2007. disponível em: < <https://goo.gl/QV8bvs> > Pp 15.

PINTO, Ana Flávia M. . **O que você sabe sobre o primeiro deputado negro republicano?** (Entrevista com Carolina Vianna Dantas. Irohín (Brasília), p. 3 – 6. 2009. Disponível em <<http://www.meionorte.com/blogs/edilsonnascimento/o-que-voce-sabe-sobre-o-primeiro-deputado-negro-republicano-80464>> Acesso em: 29 fev. 2016.

SANTOS, Sales Augusto dos. A Metamorfose de militantes negros em negros intelectuais. **Mosaico**. Rio de Janeiro, v. 5, p. 1-25, 2011. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/metamorfose-de-militantes-negros-em-negros-intelectuais> >. Acesso em: 29 maio 2016.

UNESCO. **DECLARAÇÃO SOBRE A CIÊNCIA E O USO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO - 1999. 2003**. Parte integrante da publicação A ciência para o século XXI Uma nova visão e uma base de ação, Pp 26. Disponível em: <<http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/ue000207.pdf> >. Acesso em: 08 ago. 2016.

WAINER, Daniel Ferreira. Oracy Nogueira e o estudo das relações raciais. **Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.100-117, Junho. 2013. Semestral. Disponível em: HYPERLINK

"<http://www.habitus.ifcs.ufrj.br/index.php/ojs/article/viewFile/69/62>"<http://www.habitus.ifcs.ufrj.br/in>